

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59

Abaetetuba, 24/11/2016 – 10h - 12h35min

Local: Auditório da Delegacia de Polícia Civil de Abaetetuba

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Juliana Rondon	Larissa Lago	SEMA
	Victoria Fontes	Secretaria de Agricultura
		DTP/PMA

Às 10 horas Juliana Rondon, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

A secretária do meio ambiente pediu desculpas pela baixa participação dos convidados, enfatizando que ela acredita que é de extrema importância a presença de todos devido a essas reuniões tratarem de um assunto relevante para o município. Ressaltou, ainda, que uma das justificativas a não reeleição da gestão atual, o que mudará os responsáveis pela prefeitura. A representante da BP comentou que, para os convidados que não puderam participar da reunião da manhã, se desejarem, poderão comparecer à reunião que ocorrerá durante o período da tarde na colônia de pescadores.

Dando seguimento à apresentação, Juliana Rondon, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, "Campo do Petróleo em Jogo", onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A secretária da Meio Ambiente perguntou se a Audiência Pública seria uma consulta pública. A representante da BP esclareceu que são situações distintas. A representante da secretaria de Meio Ambiente pediu uma consulta pública para as pessoas que moram nas ilhas terem acesso às informações com uma linguagem menos rebuscada. Ela ainda acrescentou que a consulta pública deveria ser de responsabilidade da prefeitura junto com a empresa, sendo importante levar esclarecimentos para essa população. Comentou também que há a colônia dos pescadores e o sindicato dos pescadores. A representante da BP agradeceu a sugestão e

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59

informou as reuniões setoriais integram o processo de licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA e têm por objetivo levar esclarecimentos às lideranças de instituições representativas, em etapa anterior à realização das Audiências Públicas.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

A secretária do meio ambiente perguntou sobre o número de vezes e de embarcações que estarão circulando e o tipo de material transportado. Foi respondido o quantitativo de três embarcações previstas para esta atividade circulando numa média de três viagens por semana e comentou sobre os tipos de cargas que serão transportadas nessas viagens. A secretaria comentou sobre o acidente de Vila do Conde, sobre a carga transportada e o acidente que causou contaminação na água e o rio. Foi falado sobre prevenções e o Plano de Emergência Individual. O chefe de departamento de terras, que chegou após o início da apresentação, perguntou sobre a localização do bloco e a distância do Pará até o bloco e o motivo pelo qual a empresa está realizando essas reuniões no município. Uma rápida contextualização sobre os assuntos já apresentados foi repassada para o chefe de departamento de Terras que ainda comentou que no município há 72 ilhas que possuem atividade de pesca artesanal. Ele perguntou se além da pesca artesanal foi identificada a pesca industrial no estudo já que, segundo ele, há a ocorrência de pesca industrial no município. Foi respondido pela representante da AECOM que durante a elaboração do diagnóstico para o Estudo de Impacto Ambiental buscou-se identificar a pesca artesanal realizada no município, incluindo as ilhas, além da pesca industrial praticada no município. Reforçou que apenas a pesca artesanal é considerada como critério para inclusão na Área de Influência.

O chefe do departamento de terras perguntou sobre como as entrevistas foram feitas para a formação desse mapa de pesca, se foram com os pescadores ou só com os líderes dos pescadores. A representante da AECOM respondeu falou sobre a metodologia utilizada para as entrevistas que incluía também conversas com os pescadores. O secretário de agricultura perguntou sobre o levantamento do impacto para o município, sobre as comunidades que poderão ser afetadas. Foi respondido sobre o impacto associado à atividade pesqueira em relação à sobreposição da área de pesca com a rota das embarcações de apoio. O chefe do departamento de terras ainda questionou à secretária de meio ambiente se ela tinha ciência de projetos para evitar a diminuição na quantidade de peixes na localidade devido a impactos ambientais sobre os recursos pesqueiros, demonstrando-se preocupado sobre essa questão. . A secretária questionou sobre quais tipos de projetos ele estava falando, pois afirmou que a secretaria age através de fiscalização de pesca irregular e uso inadequado de petrechos. Ela

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59

ainda reforçou que por isso, a secretaria não possui esse tipo de função e logo, não possui projetos nessa área.

A secretária de Meio Ambiente continuou falando sobre o transporte de resíduos e sobre problemas de vazamento de resíduos perigosos no rio, e considerou que tal acontecimento poderá prejudicar muito os ribeirinhos, pescadores e populações tradicionais do local. Assim foi solicitada uma forma de adequar esse transporte da melhor forma possível para evitar este tipo de acidente.

A representante da BP comentou sobre esse tipo de acidente afirmando que isto não é o que a empresa deseja que ocorra e, para tal, a BP trabalha para que todos os cuidados necessários sejam tomados com o intuito de evitar a ocorrência de qualquer tipo de acidente. A secretária do meio ambiente comentou sobre o impacto da vila do conde e falou sobre o descaso da empresa em relação à população. Apenas a prefeitura arcou com os danos e até hoje a questão está na justiça. O sofrimento da população perdura e isto não foi resolvido. Acidentes acontecem, contudo, gerando impactos sociais e econômicos para a população. Foi perguntado pela secretária de Meio Ambiente sobre o Plano de Emergência Individual e foi respondido pela representante da AECOM que este já foi elaborado prevendo todos os riscos, medidas preventivas e ações de resposta à emergência.

O chefe do departamento de terras comentou estar mais aliviado com as explicações fornecidas, considerando o fato de tratar-se uma empresa multinacional que possui maior capacidade de resposta. Perguntou sobre os royalties e a representante da BP respondeu que essa arrecadação apenas acontece durante a fase de produção e o seu critério de distribuição é estabelecido pela ANP. Foi comentado sobre o porto de Vila do Conde, se neste caso seria melhor a utilização do mesmo. Foi respondido sobre as análises que já foram feitas sobre o assunto e a empresa verificou que o porto em Belém possui mais estrutura e se adequa aos padrões de segurança para esta etapa da atividade. Foi perguntado sobre os indícios de petróleo na região serem reais e foi respondido que a expectativa é grande, mas somente depois que for realizada a perfuração pode-se ter certeza. Foi comentado sobre a discussão em relação ao plano diretor e a parte do porto ser a construído já estar sendo discutido em reuniões de lideranças no município.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e esclarecimentos, porém todas as questões foram levantadas durante a reunião.

Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP encerrou a reunião às 12h35min.